

OS POVOS INDÍGENAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS

João Batista Monteiro Camargo¹

Roberta Herter da Silva²

Martha Giudice Narvaz³

Resumo:

O presente trabalho trata acerca das políticas públicas territoriais e do protagonismo indígena na sua criação e efetivação, enfatizando a importância destas enquanto relações que envolvem conflitos e poder. O presente trabalho justifica-se porque, mesmo passados muitos séculos desde a chegada dos colonizadores no Brasil, ainda é possível vislumbrar momentos de tolhimento da autonomia dos povos indígenas, que ainda lembram a forma como eram tratados pelos colonizadores naquela época. Da mesma forma, os momentos de imposição de limitações territoriais ainda ocorrem, os quais remetem tanto à exploração dos recursos naturais encontrados nos territórios indígenas quanto da mão de obra nativa à construção da riqueza nacional. Do início da colonização à instauração de políticas públicas indigenistas pelo Estado brasileiro foram experimentadas diversas situações que vão da negação da humanidade dos povos indígenas até a tentativa de integração na comunidade nacional. Essa imposição da sociedade como homogênea perdurou durante séculos e acabou por omitir a realidade social brasileira marcada pela diversidade cultural. O trabalho objetiva situar a Constituição Federal de 1988 como marco legal para o fim da tutela jurídica indígena e enfatizar acerca da necessidade de implementação de políticas públicas territoriais indígenas. O método utilizado para atingir os objetivos estabelecidos neste estudo será o analítico dedutivo, buscando esclarecer conceitos e elucidar proposições, partindo de pesquisa bibliográfica sobre o tema por meio de textos legais, doutrinários, livros e artigos relacionados à temática. Essa pesquisa leva à conclusão de que o protagonismo indígena pode ser considerado fundamental na criação e efetivação das políticas públicas contemporâneas, principalmente nas que se referem ao território, haja vista a possibilidade de participação desses grupos sociais diferenciados nos processos decisórios e nas políticas a eles dirigidas.

¹ Doutorando em Diversidade Social e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE. Mestre em Direitos Humanos pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Especialista em Filosofia e Direitos Humanos pela AVM Faculdades Integradas. Bacharel em Direito pela Universidade da Região da Campanha - URCAMP– Campus Alegrete. Bolsista TAXA PROSUP/CAPES. Contato: camargojoao@hotmail.com

² Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE. Mestra em Direitos Humanos pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Bolsista e pesquisadora da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Pesquisadora da linha de pesquisa: Inclusão Social e Políticas Públicas e do Grupo de Pesquisa: Metropolização e Desenvolvimento Regional. Advogada. Contato: roberta.h.s._@hotmail.com

³ Graduada no Curso de Formação de Psicólogos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre e doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Psicoterapeuta familiar e de casais. Especialista na área da violência doméstica pela Universidade de São Paulo. Professora da Uergs. Orientadora da pesquisa.